

## CIDADES PEQUENAS: TERRITÓRIO DE UM DEVIR MENOR NA CONTEMPORANEIDADE<sup>1</sup>

SMALL CITIES: TERRITORY OF A MINOR BECOMING IN CONTEMPORANEITY

LUANA PAVAN DETONI, EDUARDO ROCHA

### RESUMO

Este artigo versa sobre as especificidades da arquitetura e do urbanismo quanto à apreensão das cidades pequenas, considerando o momento atual e as possíveis intervenções nesses territórios. A partir da construção da temática, procura-se definir as cidades pequenas, evidenciando as que estão à margem das políticas urbanas nacionais. Seguindo os marcos teóricos, guiados pelas aproximações entre o urbanismo contemporâneo e a filosofia da diferença, as cidades pequenas passam a se caracterizar como território de um devir menor. Essa compreensão serve de suporte ao objetivo de aprender com os diferentes modos de vida e os desejos em arquitetura e urbanismo experienciados em três cidades da microrregião de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil – Arroio do Padre, Morro Redondo e Turucu –, a fim de sugerir pistas que possam sensibilizar a ação dos arquitetos e urbanistas na contemporaneidade. A partir do método da cartografia, o trabalho transcorre por meio da reflexão sobre o papel do arquiteto e urbanista nas cidades pequenas. Como resultados, foram operados os conceitos de hospitalidade, subjetividade e “educação menor”, em meio a agenciamentos múltiplos, potencializados pelas entrevistas com arquitetos e urbanistas que atuaram nas cidades estudadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquitetos e urbanistas. Intervenções Urbanas. Planos e projetos. Urbanismo contemporâneo. Políticas urbanas.

### ABSTRACT

*This paper descants on the specificities of architecture and urbanism as to the apprehension of small cities, considering the current moment and possible interventions in these territories. From the construction of the theme, seeking to define small towns, highlighting those that are on the fringes of national urban policies. Following the theoretical frameworks, guided by the approximations between contemporary urbanism and the philosophy of difference, small cities are now characterized as territories of a minor becoming. This understanding supports the objective of learning from the different ways of life and desires in architecture and urbanism experienced in three small towns of Pelotas microregion, Rio Grande do Sul, Brazil – Arroio do Padre, Morro Redondo e Turucu –, in order to suggest clues that can sensitize the action of architects and urbanists in contemporary times. From the cartography method, the work takes place through reflection on the role of the architect and the urbanist in small cities. As result, the concepts of hospitality, subjectivity and "minor education" were operated in the midst of multiple settlements and enhanced by interviews with architects and urbanists who worked in the cities studied.*

**KEYWORDS:** Architects and urbanists. Urban Interventions. Plans and projects. Contemporary urbanism. Urban policies.

## INTRODUÇÃO

A **TEMÁTICA DAS CIDADES PEQUENAS** será abordada frente às relações com arquitetura e urbanismo, considerando o momento atual e os possíveis desejos de intervenção nesses territórios. São evidenciadas as cidades pequenas que estão à margem das políticas urbanas nacionais e, muitas vezes, dos ofícios dos arquitetos e urbanistas, uma vez que o planejamento urbano no Brasil, marcado pela promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, [2016]), almeja atender uma agenda de reforma urbana construída pelas demandas das grandes cidades (SOUZA, 2001), que podem ser compreendidas pelos quinze arranjos populacionais metropolitanos estabelecidos pela REGIC – Regiões de Influência das Cidades de 2018 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020). O projeto em questão teve como principal instrumento o Plano Diretor, regulamentado pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que é obrigatório para municípios com mais de vinte mil habitantes, entre outras situações previstas no artigo 41 dessa lei; fato que exclui, aproximadamente, 70% dos 5.568 municípios brasileiros, cuja população total (urbana e rural) é inferior ao patamar demográfico estabelecido (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

As sedes administrativas de municípios com pequeno porte populacional correspondem às cidades pequenas, contudo, ressalta-se que, na literatura sobre a temática, não há um consenso sobre essa definição (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013; ENDLICH, 2017; FERNANDES, 2018). Os dados demográficos, geralmente, servem como um ponto de partida, entretanto, independentemente do patamar adotado, encontra-se uma vasta diversidade entre as cidades consideradas como pequenas. Estas são destacadas no presente artigo, através dos territórios que se encontram na fronteira entre o campo e a cidade, que não são inertes às essências do passado e às representações da urbanização, mas estão na inflexão desses movimentos.

Seguindo os marcos teóricos, guiados pelas aproximações entre o urbanismo contemporâneo e a filosofia da diferença, as cidades pequenas passam a se caracterizar como território de um devir menor, ou seja, mais-valia que uma maioria, minorizada, pode criar ante as forças dominantes, visto que as dinâmicas de aglomeração urbana abrangem cidades com diferentes portes e papéis, não se restringindo apenas aos grandes núcleos urbanos e suas áreas metropolitanas. Observa-se que as cidades pequenas representam as formas mais recorrentes de urbanização; no entanto, estas articulam “táticas” em um cotidiano imposto pela cidade grande, ou seja, resistem às políticas impostas pelo urbanismo com referência nas metrópoles. O “[...] devir minoritário é um caso político, e apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica ativa” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 78).

A partir desse contexto, são colocados os seguintes problemas de pesquisa: Como se configuram os modos de vida no espaço público da

cidade pequena? Como os desejos em arquitetura e urbanismo produzidos na cidade grande vêm sendo capturados pela cidade pequena e vice-versa? Essas questões não procuram interpretar as cidades, tampouco trazer verdades, mas sim tornar sensíveis os desdobramentos dos processos de produção desses territórios.

Inserido no tempo da contemporaneidade, diante da generalização ou da homogeneização das cidades pequenas, este artigo procura acompanhar a produção de subjetividades experienciadas em três cidades pequenas da microrregião polarizada pela cidade de Pelotas (328.275 habitantes), localizada ao sul do Rio Grande do Sul, Brasil: Arroio do Padre (2.730 hab.), Morro Redondo (6.227 hab.) e Turuçu (3.522 hab.) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Entende-se que a subjetividade corresponde aos processos de singularização e pode ser compreendida como um processo de produção no qual comparecem e do qual participam múltiplos componentes. Félix Guattari (1992, p. 19) define o conceito de subjetividade como: “O conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva”.

As subjetividades são produzidas pelos e nos territórios, os quais, por sua vez, são tecidos pelas produções de subjetividades. Tal composição envolve um processo em constante transformação, portanto, aberto, suscetível e efêmero. A partir desse pressuposto, objetiva-se ampliar o aprendizado com os modos de vida e os desejos em arquitetura e urbanismo, experienciados nas cidades de estudo, a fim de sugerir pistas que possam sensibilizar a ação dos arquitetos e urbanistas na contemporaneidade.

Uma “literatura menor” é mais propícia para trabalhar a matéria. Por exemplo, a memória de uma pequena nação não é mais curta que a de uma grande, portanto ela trabalha muito mais a fundo o material existente (DELEUZE; GUATTARI, 2014). Em consonância com esse segundo pressuposto, e a partir do método da cartografia (DELEUZE; GUATTARI, 1995), experienciado na contemporaneidade, os principais resultados deste estudo consistem na composição de pistas cartográficas sobre o papel dos arquitetos e urbanistas frente às questões relacionadas a planos e projetos, ao urbanismo contemporâneo e às intervenções urbanas nesses territórios de um devir menor.

## REVISÃO DA LITERATURA

Os estudos em arquitetura e urbanismo sobre as cidades pequenas são exíguos. Isso se deve possivelmente à emergência em produzir conhecimento perante as imensas demandas das grandes cidades, como, por exemplo, problemas ocasionados pelo trânsito intenso ou pelo elevado déficit habitacional. No entanto, também é preciso pensar nas cidades pequenas, pois esses territórios não estão dissociados dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais do fenômeno da urbanização.

Os estudos mais recorrentes sobre as cidades pequenas no Brasil pertencem aos geógrafos. Destacam-se, entre eles, os seguintes pesquisadores: Ângela Maria Endlich (2006, 2017), Maria Encarnação Beltrão Sposito (2010), Beatriz Ribeiro Soares e Nágela Aparecida de Melo (2011), Wendel Henrique Baumgartner (2010), Eliseu Savério Sposito e Paulo Fernando Jurado da Silva (2013), Paulo Roberto Baqueiro Brandão (2019) e Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2018). A literatura existente denota uma temática complexa, a começar pela classificação desses territórios. Para Endlich (2006, p. 87), “[...] o conceito de cidades pequenas é daqueles de difícil elaboração”. Tal compreensão sugere elementos que levam a debater até mesmo o próprio conceito de cidade. A autora ainda acrescenta que “[...] neste mundo cada vez mais articulado, a realidade urbana deve ser compreendida em seu conjunto e com suas contradições”. Hoje em dia, as cidades estão conectadas instantânea e simultaneamente, independentemente do seu porte.

Os critérios usados para conceituação, caracterização e definição das cidades pequenas são múltiplos. Ré e Bovo (2016) destacam que, no Brasil, todas as sedes de município são consideradas cidades. Diferentemente, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera cidades somente as aglomerações populacionais com mais de vinte mil habitantes. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também usa o número de habitantes para classificar as cidades segundo seu porte. Nesse caso, são consideradas pequenas as que possuem população inferior a cem mil habitantes, patamar que abrange, aproximadamente, 95% das cidades brasileiras.

Ainda segundo a análise de Ré e Bovo (2016), a maioria dos trabalhos sobre cidades pequenas apontam como critério o número de habitantes para classificar o porte das cidades. Destaca-se que esses recortes populacionais geralmente indicam apenas um número máximo de habitantes, não há um limiar mínimo como, por exemplo, a recorrente classificação de cidade pequena para aquelas com população inferior a vinte mil habitantes. Apesar de os autores constatarem que ainda é falho o referencial teórico usado para definição das cidades pequenas, esse último parâmetro populacional pode ser evidenciado devido ao fato de que os municípios brasileiros com menos de vinte mil habitantes, muitas vezes, ficam aquém dos planos e projetos das políticas urbanas, de acordo com a legislação atual, e possivelmente também dos ofícios dos arquitetos e urbanistas, uma vez que não há exigência da presença desses profissionais no quadro de funcionários das prefeituras.

A Constituição Federal de 1988, nesse sentido, estabelece, no capítulo II da Política Urbana, Art. 182, § 1º, a obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios com mais de vinte mil habitantes, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Nesse entendimento, o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) resgata essa concepção de obrigatoriedade no seu conteúdo e institui o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana

do município. Para os demais municípios, que representam, aproximadamente, 70%, o país não apresenta política específica de planejamento territorial, a não ser que as leis orgânicas estaduais ou municipais o determinem, ou que os municípios, voluntariamente, o implementem. Ou ainda que estes correspondam a outros critérios da lei nacional, como, por exemplo: integrar regiões metropolitanas e aglomerações urbanas (BRASIL, 2001).

Marinho e Pozzobon (2004), ao abordar questões do Plano Diretor para pequenos municípios, classificam estes em dois grandes grupos de acordo com a conformação territorial e suas atividades econômicas. A um grupo pertencem os municípios predominantemente urbanos, localizados nas periferias das metrópoles, frutos do processo de expansão das atividades do setor secundário e terciário. Estes configuram, através de novos loteamentos, um transbordamento da cidade polo. A outro grupo pertencem os municípios predominantemente rurais, onde o ecossistema é pouco alterado pelas atividades urbanas, e a economia é alicerçada nas atividades do setor primário, constituindo uma profunda sinergia entre as ambiências das atividades urbanas e rurais, em meio ao ambiente natural.

Além do parâmetro populacional, é importante analisar os papéis que as cidades desempenham e a constituição de redes urbanas hierárquicas. Nessa perspectiva, uma rede urbana pode ser composta pelas cidades médias ou regionais que desempenham papéis de intermediação entre as cidades pequenas ou locais e as cidades grandes ou metropolitanas. Nessa análise regional, cada cidade assume um papel importante para a manutenção da vida em sociedade (SPOSITO, 2010). Quanto à configuração das cidades pequenas, predominantemente rurais, cabe ressaltar as recentes transformações fruto da modernização da agricultura. Santos e Silveira (2003) distinguem o papel das “cidades do campo” das “cidades no campo”, sendo certo que esta última denominação caracteriza as áreas pouco incorporadas pelo mercado capitalista.

As cidades pequenas, no contexto da rede urbana brasileira, também podem ser diferenciadas de acordo com cinco ideias tipo estabelecidas por Corrêa (2011): prósperos lugares centrais; pequenos centros funcionalmente especializados; reservatório de força-de-trabalho; centros dependentes de recursos externos; e cidades pequenas transformadas em subúrbios-dormitório, podendo esses tipos ocorrer de forma pura ou de modo combinado, indicando a copresença de vários tipos. Destaca-se que os territórios estudados nesta pesquisa são os de pequeno porte (demográfico, territorial e econômico), desempenhando um papel local na rede urbana e se localizando na fronteira entre o campo e a cidade. Trata-se de “cidades no campo” que apresentam vivências e formas singulares. Elas não estão estagnadas a favor da preservação das suas essências, como as atividades rurais ou o isolamento territorial, tampouco são passíveis de representações da modernidade, impostas pelo urbanismo. São cidades que se encontram na inflexão desses movimentos entre preservação e alteração.

Em meio à trivialidade do dia a dia, essas pequenas cidades mantêm certa originalidade em seus hábitos, não sendo um mero simulacro do que ocorre nas grandes cidades. Por exemplo, as relações de vizinhança não são criadas ou idealizadas, são atos de resistência. O ato de resistência tem duas faces: “Ele é humano e é também um ato de arte. Somente o ato de resistência resiste à morte, seja sob a forma de uma obra de arte, seja sob a forma de uma luta entre os homens” (DELEUZE, 1999, p. 14). Em busca de desvelar vínculos e valores que compõem as cidades pequenas, Endlich (2006) apresenta reflexões baseadas em dois pontos principais: o ritmo e a sociabilidade. O urbano marca um ritmo, um modo de viver e pensar. Atributos como a tranquilidade e a acessibilidade são retratados nas cidades pequenas através, por exemplo, da máxima de sentar-se na calçada e ver a vida passar, e pela caminhabilidade, resultado das proximidades dos deslocamentos necessários. Essas percepções decorrem de uma apreciação comparada a outros ritmos, marcados por outros cotidianos, como a intensidade e os excessos das grandes cidades. Nesse sentido, as cidades pequenas são partes do urbano de ritmo mais lento e humanizado.

Observa-se que uma indústria de biscoitos, localizada em Pelotas, realizou campanhas publicitárias que remetem a cenas de um cotidiano típico das cidades pequenas. Os projetos da empresa exaltam principalmente a idealização das relações de vizinhança. “Por que não reunir vizinhos novamente e tentar mudar a situação?”. Esse era o questionamento de uma das campanhas denominada “Projeto Cadeira na Rua”<sup>2</sup>, anunciada no vídeo de divulgação, a qual, após imagens de muros, grades, cercas elétricas e arames de concertina, mostrava as pessoas colocando uma cadeira na calçada em frente às suas casas para sentar e compartilhar os biscoitos, fomentando assim a criação de outro ritmo para os moradores dessa cidade e potencializando certa sociabilidade entre os vizinhos.

Outros exemplos de ambiências urbanas capturada pelos grandes centros urbanos, com alusão às pequenas cidades, podem ser associados aos anúncios dos condomínios fechados ou bairros planejados, como ocorre em Pelotas. Nesses projetos, comumente são comercializadas noções de qualidade de vida, segurança e lugares ideais para crescer e envelhecer. Por outro lado, observa-se que as cidades pequenas estudadas vêm resistindo às estratégias de um urbanismo neoliberal, que propõem mudanças na sua paisagem urbana através da verticalização das construções habitacionais, também devido à concentração das atividades comerciais em centros de abrangência regional, como os hipermercados e *shopping centers*, que tem esvaziado ainda mais a economia local etc.

Para Michel Foucault (1987), onde há poder, há resistência. Essa afirmação indica os limites da disciplina, da relação entre docilidade e utilidade dos sujeitos. Nesta pesquisa sobre as cidades pequenas, adverte-se a relação de ordenamento fruto do urbanismo. Tais limites, bordas, fronteiras estão

sujeitas a procedimentos capilares, sendo microrresistências, segundo Michel de Certeau (2014), movidas por práticas cotidianas, as “táticas” e as “maneiras de fazer” antidisciplinares. Trata-se de capacidades criativas, de astúcia, de produção de resistências diante das “estratégias” do poder dominante.

A cidade pequena pode ser expressa pelo devir, que “[...] constitui uma captura, uma possessão, uma mais-valia, jamais uma reprodução ou uma imitação” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 29), o que torna possível impulsionar as noções de micropolítica nas cidades pequenas através da “literatura menor” (DELEUZE; GUATTARI, 2014), conceito que não se refere a uma minoria, mas sim ao que uma maioria minorizada pode fazer sobre uma força dominante.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

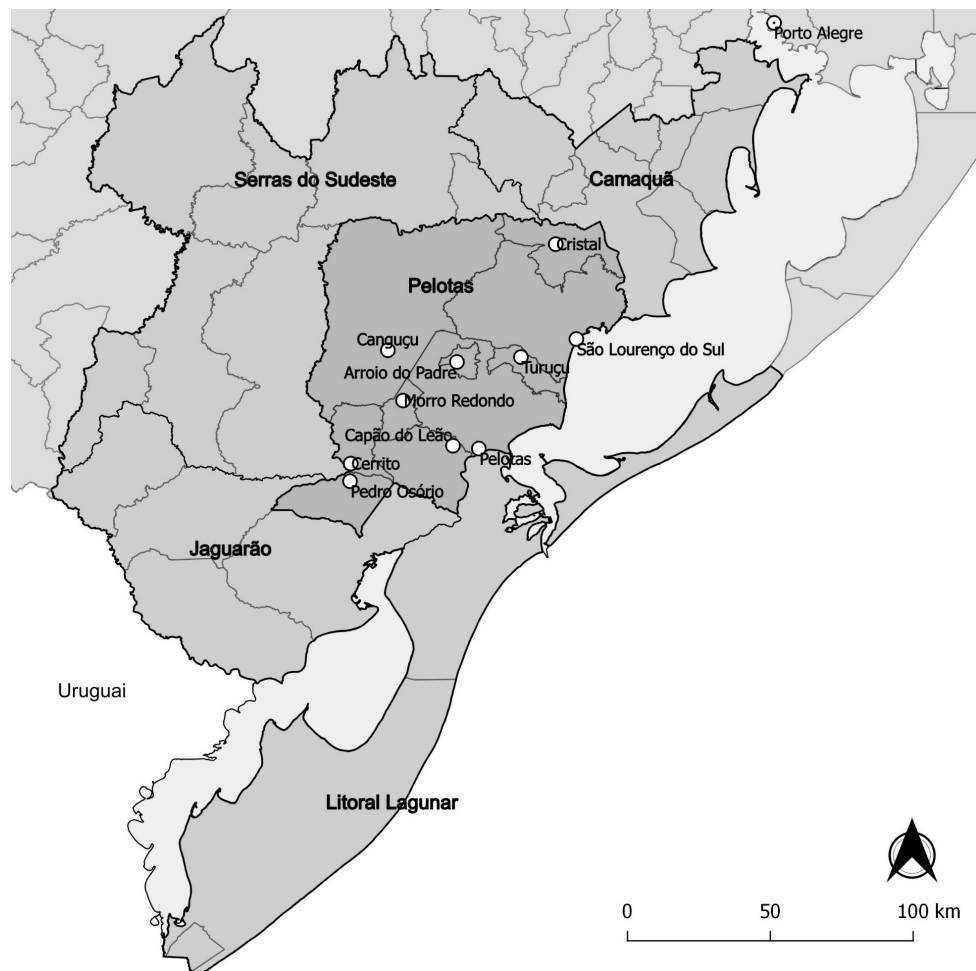
A cartografia, como método de pesquisa, inspirada no princípio do conceito de rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1995), busca reverter o sentido tradicional do método. Propõe um processo que possibilita à pesquisa traçar suas metas ao longo do percurso, como um *hódos-metá*, sendo *hódos* o caminho, a direção; e *metá* a reflexão, o raciocínio, a verdade. Ou seja, um projeto de investigação que se baseia na cartografia não é definido nem definitivo; está em constante transformação, do mesmo modo que se pressupõe que estejam o pesquisador e a produção de conhecimento sobre as questões pesquisadas. No entanto, essas condições de desenvolvimento do projeto, embora sensíveis a inúmeras possibilidades, apresentam certa direção que orientam o processo de pesquisa, como pistas segundo Passos, Kastrup e Escóssia (2009) e Passos, Kastrup e Tedesco (2014).

Uma vez que este trabalho pretende refletir sobre o papel do arquiteto e urbanista nas cidades pequenas, buscou-se um procedimento mais adequado. Assim, o pensar “sobre” se transforma no pensar “com”, estabelecendo um plano coletivo de forças. Os arquitetos e urbanistas das cidades pequenas da microrregião de Pelotas (*Figura 1*) não são tratados aqui como objetos ou estado de coisas, mas sim como agentes. Junto com as viagens e em meio a elas, aconteceram as entrevistas de manejo cartográfico (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014) com arquitetos e urbanistas atuantes ou que já atuaram nas pequenas cidades da região.

Anunciadas como conversas, as entrevistas buscaram estabelecer um momento de diálogo, de compartilhamento das experiências dos profissionais na cidade, assim como as inquietudes e as reflexões desta pesquisa. Os entrevistados foram convidados a pensar junto com a pesquisadora. Algumas pistas guiaram esse processo: pista 1) ligar o gravador antes de iniciar, registrar data, hora e local; pista 2) perguntas de identificação; pista 3) perguntas sobre a formação; pista 4) perguntas sobre a atuação profissional; pista 5) perguntas para sensibilizar quanto à atuação na cidade em questão; pista 6) compartilhar as questões da pesquisa.

**FIGURA 1** – Microrregião de Pelotas, localizada na Mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul.

Fonte: Shape municípios do IBGE, editado pelos autores (2018).



A entrevista de manejo cartográfico não objetiva a simples resposta das perguntas, mas as possibilidades que surgem a partir delas (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014). Essas entrevistas poderiam ser o traçado de um dever, movimento de captura e mais-valia. O diálogo proposto inclui trocas de informações, acessa a experiência vivida e requer que a escuta e o olhar do pesquisador se ampliem para além do conteúdo puro. Na espreita da máxima potência dessa troca, as entrevistas foram gravadas e transcritas para análise.

Os procedimentos metodológicos estabelecidos nesta cartografia são resultado dos estudos no urbanismo contemporâneo e na filosofia da diferença. Não desfazem os estudos existentes, mas buscam desvendar outros pontos de vista sobre o território de três cidades pequenas – Arroio do Padre, Morro Redondo e Turuçu. A partir da análise qualitativa das entrevistas, foram elaboradas algumas pistas cartográficas que agenciam os conceitos teóricos de hospitalidade, subjetividade e “educação menor”, de modo a potencializar os discursos produzidos no plano coletivo das experiências com os arquitetos e urbanistas entrevistados. A composição de pistas anuncia os resultados dessa pesquisa em forma de sugestões e reflexões sobre direções a seguir diante do contexto das cidades pequenas.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

“As cidades são locais fantasticamente dinâmicos, o que se aplica inteiramente a suas zonas prósperas, que propiciam solo fértil para os planos de milhares de pessoas” (JACOBS, 2000, p. 8). Reconhecer que existem singularidades e interesses distintos no contexto urbano é fundamental para a atuação do arquiteto e urbanista que se propõe a ação de planejar e projetar nas e para as cidades. Quase que contraditoriamente às concepções que definem planos e projetos na perspectiva do urbanismo, na contemporaneidade desejam-se processos que permitam que a vida aconteça, transformando o produto final em elemento não hierarquizável, aberto no *continuum* do espaço e do tempo. Enfim, “*Um processo que, al terminar, permita dejar unas condiciones abiertas para que la vida opere, igual cuando se planta un árbol*” (GUALLART, 2008, p. 5).

As propostas compartilhadas pelo arquiteto Vicente Gualart (2008) são efeitos de experiências em projetos, planos e intervenções multiescalares e multidisciplinares. Podem-se incluir também as experiências acerca dos processos de aprendizagem sobre essa prática profissional. A obra apresenta um conjunto de ferramentas organizado em quatro pontos, sendo parte da noção da geografia – física, social e econômica – condição multiescalar do contexto de inserção do projeto, uma vez que os fenômenos fazem parte de um ecossistema complexo. Em seguida, aborda a geometria, além da euclidiana, fazendo alusão a um fractal e à possibilidade performativa dos projetos. O maior desdobramento da obra diz respeito à lógica, que pode pertencer a questões estratégicas, funcionais ou relações formais do projeto. Neste ponto, o referido o autor destaca os valores humanistas, em detrimento dos especulativos, e discorre sobre 38 lógicas classificadas em entorno, reações, redes e protocolos. Por fim, apresenta a estrutura, que pode ser desenvolvida de forma estratégica, tática ou técnica.

Em consonância com as ideias de Gualart (2008), este artigo pretende apresentar condições abertas para que a vida possa atuar nas cidades pequenas. Ou seja, ações que valorizem o potencial do lugar, seu contexto, e estabeleçam uma conexão com os valores da população. Almeja-se assim que os modos de vida sejam protagonistas na produção do espaço. São muitas as possibilidades de atuação dos profissionais arquitetos e urbanistas; os planos e projetos são como uma semente, não se sabe ao certo se vão germinar e como vão se desenvolver. Em todo caso, este estudo não faz alusão a uma árvore ou a uma estrutura tradicionalmente aplicada ao urbanismo, mas a um devir-urbano, que transcorre como uma grama. A árvore, modelo representativo da raiz-pivotante ou fasciculada, segue uma lógica binária, articula e hierarquiza os decalques. A árvore é filiação, impõe o verbo “ser”. A grama, modelo representativo do rizoma, não segue uma lógica estrutural ou gerativa, é cartografia, é mapa, e não decalque. O rizoma é aliança, não tem início nem fim, se encontra sempre no meio, no entre as coisas, tem como tecido a junção “e... e... e...” (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Os resultados dessa pesquisa cartográfica, apresentados como uma composição de pistas, estão entre a importância do interesse da ciência que investiga e o interesse próprio do investigador sobre as cidades pequenas. “O pesquisador sai da posição de quem – em um ponto de vista de terceira pessoa – julga a realidade do fenômeno estudado para aquela posição – ou atitude (o *ethos* da pesquisa) – de quem se interessa e cuida” (PASSOS; KASTRUP; 2014, p. 29). Junto à dimensão interativa com as experiências capturadas nas cidades estudadas e os discursos dos arquitetos e urbanistas entrevistados, foi conferida ao trabalho a atenção sobre as atividades de plano e projeto, do urbanismo contemporâneo e sobre as intervenções urbanas.

### PISTA DE HOSPITALIDADE PARA PLANOS E PROJETOS

As cidades pequenas cartografadas demonstram uma condição de “contra-urbanismo”; surgiram espontaneamente, sem planos e projetos na sua concepção, e receberam uma pátina da vida. Além dessas características, as cidades pequenas seguem sobrevivendo, muitas vezes, sem diretrizes para a implantação de medidas de ordem técnica, econômica, social ou política, provenientes das práticas do planejamento urbano, comumente regulamentadas pelo Plano Diretor. Com frequência, não contam com a atividade técnica dos arquitetos e urbanistas para as intervenções no espaço urbano; ou seja, geralmente não há projetos urbanísticos de loteamento, regularização fundiária, sistema viário, acessibilidade, equipamentos urbanos, entre outros.

As cidades pequenas, sem ordenamentos previsíveis e controladores, podem ser vistas como mais livres. O devir-urbano, condicionado a uma cidade pequena, pode ser visto nessa perspectiva como um urbano não domesticado ou domesticável. No entanto, o devir (DELEUZE; GUATTARI, 1997) está associado às relações de menor domínio. Desse modo, por um lado, as cidades pequenas não se encontram submetidas aos rigores formais, que remetem à artificialidade e à assepsia, característicos das práticas de organização e higienização da disciplina de arquitetura e urbanismo. Por outro lado, podem estar à mercê de aspectos negativos como as ações de especulação do neoliberalismo ou as tradicionais e conservadoras relações de poder das pequenas localidades.

A intenção de um plano ou de um projeto é sempre positiva, como noticiam seus nomes, desde os planos de melhoramento ou embelezamento, até os mais recentes planos estratégicos de revitalização ou requalificação. Os arquitetos e urbanistas atuam em prol de resolver ou amenizar os problemas e qualificar os espaços. Em síntese, tentam melhorar a vida urbana. “No entanto, as criações do urbanismo são, em toda parte, assim que aparecem, contestadas, questionadas”, como aponta Françoise Choay (2013, p. 1), em obra que propõe uma extensa antologia sobre o urbanismo.

Diante disso, o conceito de hospitalidade do filósofo Jacques Derrida, aproximado das temáticas da arquitetura propostas por Fernando Fuão (2014), apresenta-se como uma potência para pensar sobre os planos e os projetos nas

idades pequenas, assim como sobre suas ausências. Esse conceito explicita que mesmo as situações hostis ou inóspitas são capazes de acolher. Há hospitalidade dentro da inospitalidade e vice-versa. Esse acolhimento possibilita estabelecer uma ética, dada por procedimentos de alteridade, perante a arquitetura e o urbanismo (FUÃO, 2014).

Os modos de acolhimento, hospitalidade derridiana, podem ser explorados neste estudo das cidades pequenas a partir da trajetória dos arquitetos e urbanistas que se inserem no serviço público. Não há aberturas, pré-estabelecidas ou afirmadas, para esses profissionais nas prefeituras das cidades pequenas. As entrevistas realizadas com os poucos arquitetos e urbanistas atuantes ou que já haviam atuado no serviço público denunciam a ausência de vagas para profissionais concursados nas cidades pequenas da microrregião de Pelotas. Quando conquistados tais serviços, os profissionais ficam sujeitos às condições das contratações temporárias, que contabilizam no máximo dois anos, o que compromete as atividades de longo prazo. Outra possibilidade são as contratações como cargo de confiança, que acentuam ainda mais as relações de interesses pessoais características das cidades pequenas. Nessa situação, é difícil priorizar as instâncias públicas diante do favorecimento das relações individuais e personificadas, bem como dos bens privados.

Nesse cenário profissional, conformado por uma passagem corrompida, existe uma possibilidade, que, segundo o discurso de um dos entrevistados, deve ser construída em conjunto entre a comunidade, outros técnicos e a gestão. Essa noção corrobora com a forma política de práxis urbana apresentada por Velloso (2016), com as iniciativas de participação popular estabelecidas pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) e com a abordagem do planejamento comunicativo e colaborativo (SOUZA, 2001). O arquiteto chega geralmente como um estrangeiro, um hóspede nem sempre desejável, um estranho devido à sua origem ou à indiferença em relação às suas atribuições, desconhecida por muitos. De acordo com a entrevista mencionada, o início é mais difícil. Esse começo se refere tanto à chegada como a cada lançamento de uma nova proposição. Por isso, para seguir em frente, é imprescindível certo tempo para ganhar a confiança da população e mostrar a importância do trabalho a ser realizado.

O arquiteto e urbanista precisa “descer do seu pedestal” para incentivar os processos de participação visando à construção de planos e projetos. Tal ação favorece uma futura apropriação e solicitação dos seus serviços. Para que o profissional técnico conquiste um papel de atuação nas cidades pequenas, é preciso estar disposto a dar passagem aos demais agentes e interesses locais. Junto às decisões técnicas, estão as decisões éticas, sociais e políticas.

A despeito dessa constatação, é fato que a ausência de profissionais arquitetos e urbanistas nas prefeituras das cidades pequenas revela uma condição mais recorrente e menos favorável do que as escassas e frágeis contratações existentes, fato que tem evidenciado uma proposição de planos e projetos inadequados e descontextualizados. Isso pode ser visto na legislação

do Plano Diretor de Arroio do Padre (ARROIO DO PADRE, 2006)<sup>3</sup>, que destoa completamente da condição local, por exemplo, em relação às alturas e aos recuos permitidos (*Figura 2*), pois o plano atribui altura máxima de 18 metros, dimensão muito maior que a existente. Por outro lado, observam-se, quanto à regulamentação dos recuos de lote, dimensões inferiores à maioria das implantações edilícias da cidade.

**FIGURA 2** – Coletânea Casarões, Arroio do Padre (RS).

Fonte: Acervo pessoal dos autores (2017).



Em Arroio do Padre, assim como em Turuçu, não constavam profissionais arquitetos e urbanistas no quadro de funcionários da prefeitura no período dessa pesquisa (2016-2018). Turuçu apresenta uma Lei de Diretrizes Urbanas (TURUÇU, 2009), que regulamenta a expansão urbana e prevê revisões e atualizações periódicas, no máximo a cada dez anos, enquanto não existir Plano Diretor. Apesar dessas preconizações, é possível observar uma recente expansão extremamente linear, carente de espaços públicos – ruas transversais e áreas verdes em geral (DETONI; ROCHA, 2022), sendo um exemplo em que a realidade destoa da legislação.

Nesse contexto, observa-se que o Plano Diretor de Morro Redondo (MACIEL, 2009) pode ser considerado uma exceção, tanto pela forma como foi elaborado quanto pelo condicionamento dos modos de vida local nas

suas proposições. Apresenta uma relação harmônica e coerente com as características de uma comunidade com habilidades e modos de vida associados às atividades rurais, por exemplo, pela proposta de um parcelamento do solo que reserva grandes proporções e possibilita o cultivo agrícola, assim como a criação de pequenos animais. O plano foi construído de forma conjunta entre a prefeitura, que, diferentemente das demais cidades de estudo, dispunha de um quadro técnico de arquitetos e estagiários, dentre outros profissionais, e a participação de professores e alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Estes estavam envolvidos em um projeto de extensão da Universidade Federal de Pelotas<sup>4</sup>, cuja iniciativa no final da década de 1980 repercutiu na conquista tanto da elaboração quanto da aprovação de nove leis que constituem o Plano Diretor até meados da década de 1990.

A hospitalidade não atribui um sentido ao espaço, mas sim um sentido intrínseco ao indivíduo, aos modos de vida que hospeda. Hospedar um modo de vida rural em meio à cidade é possível. Mais do que isso, é necessário pensar um plano do território municipal que dissolva as fronteiras entre o urbano e o rural, sobretudo nas pequenas cidades, de modo que o urbano esteja contido no rural e vice-versa. Entretanto, assumir uma única identidade, de um morador padrão, como se todos tivessem habilidades e prazer em cultivar uma horta, por exemplo, pode representar a máxima de um desejo de hospitalidade, que a torna hostil. Os planos e projetos precisam acolher diferentes modos de existência, assim como estes modos precisam (re)existir em meio às transformações externas e também dos seus próprios desejos, como processos de um devir-urbano.

Apesar dos grandes avanços na elaboração e na proposição do Plano Diretor de Morro Redondo, este sofre um entrave na sua implementação. Isso por causa da não publicização e da fragmentação das leis que o compõem<sup>5</sup>, também pela necessidade de uma revisão, pois já se passaram mais de duas décadas. A proposição da participação popular e a orientação de uma revisão periódica e frequente das leis urbanas segundo o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) permitem uma abertura, um movimento de acolhimento. Segundo Fuão (2014), a abertura dá o sentido, o sentimento, e, assim, a possibilidade de hospedar as diferenças.

A hospitalidade resulta em uma pista em meio às atividades de planos e projetos, públicos e privados. “A pré-figuração do espaço, o projeto é um ponto de partida que pode dar certo ou não, nunca um ponto de chegada” (FUÃO, 2014, p. 53). Tal pista está atrelada ao ato de cuidar, zelar, amar, como ocorre na hospitalidade incondicional de Derrida, que versa sobre uma afetividade perdida no tempo e compõe o espaço da arquitetura, da cidade e, atualmente, até mesmo um ciberespaço no mundo. Esses espaços constituem uma rede de comunicação e de encontros e se diferem da hospitalidade enquanto mercadoria, da arquitetura de um hotel ou da cidade turística, resultado da indústria cultural.

A pista de hospitalidade se dá pela sobreposição de mapas, planos, projetos e ações. Não há um caminho único, não está sendo sugerido algo

inusitado ou extraordinário, possível de ser replicado. Indica-se a relação com o conceito de hospitalidade apenas como uma pista a fim de acompanhar a processualidade que requer uma cartografia, capaz de acolher multiplicidades e que sempre possa ser criada ou reinventada.

### PISTA DE SUBJETIVIDADE PARA URBANISMO CONTEMPORÂNEO

A produção do espaço das cidades pequenas na contemporaneidade mostra, além do presente momento, também as aspirações da representação de uma certa “modernidade”. As modificações resultantes desse desejo, como sinônimo de progresso e desenvolvimento, oferecem formas, objetos, conteúdos e problemas até então exclusivos dos núcleos maiores. O consumo e a consumação desses desejos incorporam novas arquiteturas, novas configurações da urbe e, assim, novos modos de vida, que não transcorrem necessariamente nessa ordem. Essas novidades podem constranger os marcos tradicionais e simbólicos das cidades, segundo Baumgartner (2010).

A pesquisa realizada no contexto das cidades pequenas localizadas na microrregião de Pelotas confirma tais desejos (DETONI; ROCHA, 2022). Segundo profissionais arquitetos e urbanistas entrevistados, a população local deseja o shopping, o edifício em altura, o asfalto, as novas tecnologias e materiais. Por trás desse desejo, existe uma ideia de ascensão social, sendo certo que a ausência desse querer evidencia uma baixa autoestima da população, um certo pessimismo. A pista para um urbanismo contemporâneo requer flexibilidade, elasticidade, habilidade, agilidade, disposição, entre outras características. “Um mapa é uma questão de performance, enquanto o decalque remete sempre a uma presumida competência” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21).

Morro Redondo captura fortes desejos característicos das cidades grandes, especialmente no que tange ao consumo das relações neoliberais para a produção da cidade. No entanto, a expressão do artifício do centro comercial de Morro Redondo, distintamente das edificações usuais de shopping center, como se denomina, estabelece um diálogo e certa harmonia com seu entorno, convidando o transeunte a adentrar. Dessa forma, há uma proximidade com a condição de uma tipologia de galeria ou de feira, onde diferentes produtos, vendedores e consumidores são acolhidos pela mesma cobertura (*Figura 3*).

Outro desejo explícito em Morro Redondo revela certa afinidade com o modelo de cidade que resulta da indústria cultural. Por meio da presunção de uma solução econômica frente às atividades turísticas, que oferecem como espetáculo um cenário natural junto a um modo de vida colonial-sustentável, a cultura de Morro Redondo assume uma identidade genérica, a partir das heranças dos seus imigrantes, particularmente dos alemães (*Figura 4*).

As relações de simulacro, das características das cidades pequenas estabelecidas nas metrópoles e da apropriação dessas pelo capital, e o idealismo presente na utopia dos modelos urbanísticos para cidades indicam a necessidade de resgatar a noção de subjetividade. Isso porque “[...] a única

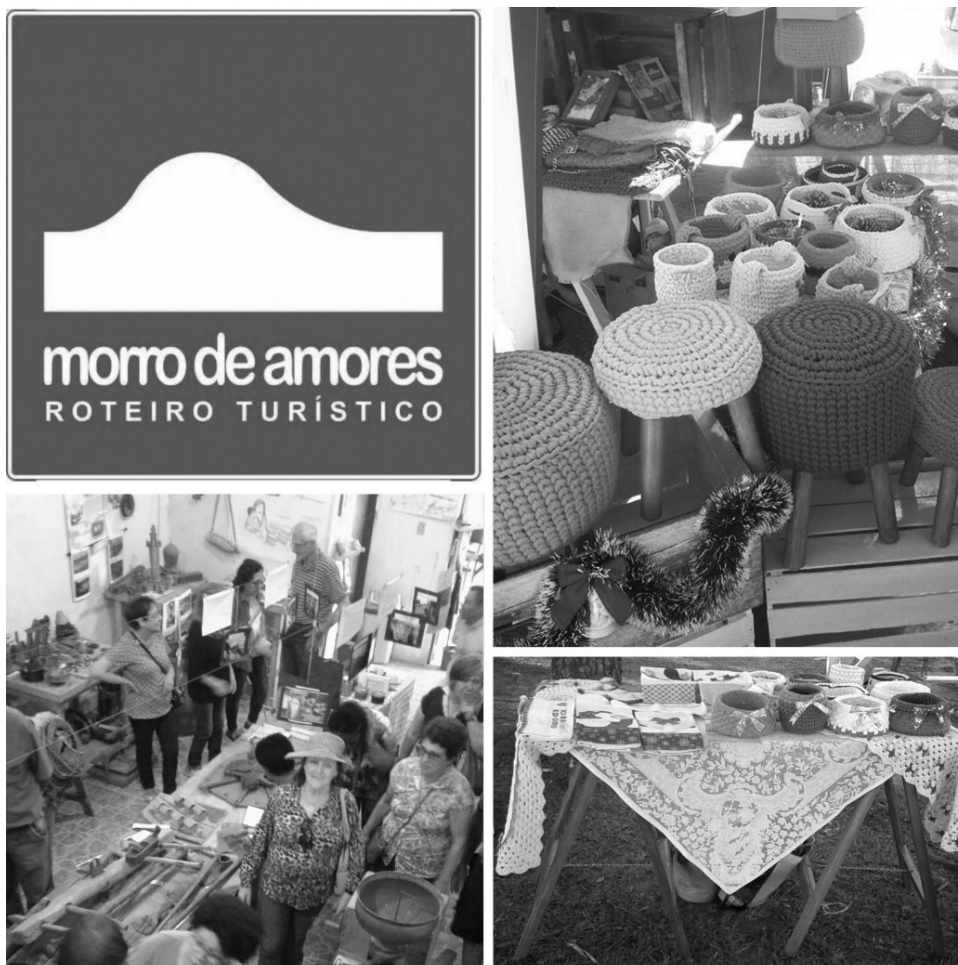
**FIGURA 3** – Praça 12 de Maio, à direita o Shopping Jacarandá, Morro Redondo (RS).

Fonte: Autores (2017).



**FIGURA 4** – “Morro de Amores”, Morro Redondo (RS).

Fonte: Fotos da internet: <https://www.facebook.com/morrodeamores/>



finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade que enriqueça de modo contínuo sua relação com o mundo” (GUATTARI, 1992, p. 33). As experiências das cidades pequenas estão diretamente relacionadas ao conceito de subjetividade proposto por Félix Guattari, quando um conjunto de condições possibilita que desejos possam emergir dos territórios, de modo individual ou coletivo.

O conceito de vida cotidiana está diretamente vinculado ao de experiência. São os detalhes presentes nos simples atos, nos exercícios da vida trivial, que sustentam a existência de um indivíduo e a configuração do espaço, por este que o habita. A produção do espaço urbano sempre é concebida politicamente, seja para manter, resguardar ou transformar seus modos de vida. Em todo caso,

a vida cotidiana pode ser monótona independentemente do porte da cidade. Tal passividade decorre na medida em que os habitantes delegam aos especialistas, dentre eles os arquitetos e urbanistas, as decisões e a preocupação com as intervenções urbanas. Essa tranquilidade, idealizada no saber técnico, pode oferecer à população a miséria do cotidiano (VELLOSO, 2016).

Embora estejam à margem de uma política urbana nacional, estadual e, por vezes, municipal, as cidades pequenas são repletas de política. Esta se expressa melhor pelo conceito de micropolítica, por um poder administrativo que emana dos sujeitos de vida comum, que ali habitam. No espaço urbano, lugar de conflito e disputa do poder, é possível observar como as cidades pequenas vêm atuando perante o contexto das legislações relacionadas às práticas de arquitetura e urbanismo, mais precisamente na escala do desenho urbano, por exemplo, das calçadas. A delimitação das calçadas geralmente ocorre junto com a pavimentação da rua. Antes disso, configura um espaço ajardinado, permeável e florido. Contudo, quando delimitada e impermeabilizada, visto como pré-requisito para pavimentar a via, a calçada não fica aquém das “táticas” e das “maneiras de fazer” que se materializam nesse espaço através do uso de vasos, floreiras, entre outras invenções, como pode-se observar em Turuçu (Figura 5). Assim, a produção do espaço na contemporaneidade se serve das práticas em arquitetura e urbanismo como instrumento político de dominação

**FIGURA 5** – Coletânea Jardins Frontais, Turuçu (RS).

Fonte: Acervo pessoal dos autores (2017).





ou para manutenção do estado das coisas, além de lutas, de micropolíticas. Junto às “estratégias”, comparecem as “táticas” (CERTEAU, 2014).

O urbanismo contemporâneo mostra a potência de um urbano como experiência e apropriação, acontecendo simultaneamente em um urbano efeito do consumo. O conceito de subjetividade articulado enquanto pista evidencia a necessidade de um urbanismo que atue mais pelas frestas e pelas rupturas do que pelas noções massificadas e homogeneizadoras de “tábula rasa”, preservaçãoismo ou espetacularização, visto que as atividades dos arquitetos e urbanistas atuam como repertórios capazes de compor ou dissolver a produção singular e os processos de subjetividade, oriundos dos distintos modos de vida e territórios das cidades pequenas.

### PISTA DE “EDUCAÇÃO MENOR” PARA INTERVENÇÕES URBANAS

Pesquisar sobre as cidades pequenas rompe com os estudos corriqueiros e tradicionais em arquitetura e urbanismo, fato que aponta para as questões da educação. Esta pesquisa – quando transpõe os lugares comuns, os estudos óbvios e por vezes ultrapassados –, apresenta uma possível contribuição nesse processo de aprender e ensinar. Tal pedagogia não corresponde a uma receita, modelo ou prescrição única, mas sim à elaboração de pistas anunciadas através do agenciamento das atividades atribuídas aos arquitetos e urbanistas, junto aos conceitos da filosofia. Tais pistas apontam certa direção dentre infinitos caminhos possíveis de serem percorridos.

A ação dos conceitos na filosofia consiste em reaprender a ver o mundo, envolvendo um aprendizado do vivido, uma forma de ressignificação. Os conceitos são filosóficos, e esta pesquisa não os cria, apenas os opera com determinadas proposições. Assim, o conceito de “literatura menor” de Deleuze e Guattari (2014) – apropriado como uma potência para *desterritorialização* na composição de um território de um devir menor, de um devir-urbano –, reaparece nos estudos da obra “Deleuze e a educação”, de Gallo (2008). Isso ocorre precisamente através do deslocamento que parafraseia o conceito de origem e é denominado de “educação menor”.

As disciplinas abordadas nos cursos de Arquitetura e Urbanismo – como a morfologia urbana, a percepção ambiental e a teoria e história –, foram essenciais para os estudos sobre os espaços produzidos nas cidades pequenas. Contudo, não foram suficientes para apreender tal conhecimento. Isso porque esses estudos, assim como os métodos mais tradicionais dessa área, partem e se fundamentam em metrópoles. Por exemplo, um mapa intraurbano de sintaxe espacial (HILLIER; HANSON, 1984) resultaria em duas, no máximo três, distinções de classes para suas medidas. Assim, não despontaria uma análise mais profunda do que já é visível em um mapa de eixos, dada a simplificação das conexões, feitas, na maioria das vezes, através de uma via linear de grande extensão longitudinal, cortada por poucas vias transversais, como evidenciam os eixos viários das cidades de estudo (Figura 6).



**FIGURA 6** – Croqui dos eixos viários e das áreas urbanizadas, respectivamente, de Arroio do Padre, Morro Redondo e Turuçu.

**Fonte:** SIG Fronteira, acervo do Laboratório de Urbanismo da FAUrb/UFPel, editado pelos autores (2017).

Outro exemplo é a aplicação de um mapa mental com os elementos propostos por Kevin Lynch (1960), que também não evidenciaria muitos elementos. Sob as perspectivas desses estudos, as cidades pequenas parecem pouco relevantes, até mesmo insuficientes. Não há como aplicar às cidades pequenas em questão um método de análise pensado a partir das e para as cidades de outro contexto urbano, pois não é possível revelar a dinâmica espaço-temporal desse outro ritmo que reserva complexidades e demandas para a ação de planos, projetos e intervenções.

O método cartográfico se apropria de outros métodos, reverte alguns, cria a partir de outros. Segundo Gallo (2008), não se vive um tempo de profetas, mas de militantes. As atividades de ensinar buscam viabilizar conexões abertas, como um rizoma, sem hierarquia, dado sempre por conjunções aditivas, como uma trama. A “educação menor” funda um poder de resistência no campo dos desejos e se produz na esfera da micropolítica, na experiência dos movimentos comprometidos com a singularização e com os valores libertários.

O exercício do profissional arquiteto e urbanista é um instrumento para produção dos territórios, que pode atender ou impor distintas proposições, estabelecer relações de poder e também fazer política. Para que essas proposições possam potencializar a vida cotidiana, alguns procedimentos se fazem necessários, como conhecer a realidade e pensá-la em conjunto para se for preciso, ter a capacidade de ajudar a transformar. Uma das experiências compartilhadas em uma das entrevistas elucidada exatamente a linha tênue que o saber técnico percorre.

Designada para solucionar o saneamento de uma comunidade, percorrendo as etapas de projeto, especificação, quantitativo, orçamento até a devida execução, enquanto responsável técnica, a arquiteta e urbanista entrevistada elaborou uma proposta dentro do escritório de projetos da prefeitura. Essa proposta previa a coleta e o tratamento do esgoto gerado pelas residências de uma comunidade. O projeto propunha a instalação de uma fossa séptica para cada residência nos fundos de cada lote. Desse modo, solucionaria os

problemas ocasionados pela má destinação do esgoto, que estava conectado à rede de drenagem pluvial, conformada por uma estrutura ainda incipiente, com valetas a céu aberto junto aos alinhamentos das propriedades. O esgoto comumente transbordava, ocasionava mau cheiro e até doenças na comunidade.

Já em vias de licitar os materiais e serviços necessários, que ocorreriam às custas da administração pública, a arquiteta e urbanista entrou em contato com a comunidade que receberia tal benefício. Logo, perguntou-se se essa era a única solução possível para o saneamento da comunidade. Obviamente não era, mas, até então, parecia ser a mais viável. Todavia, a solução apresentada para o tratamento do esgoto doméstico comprometeria a produção alimentar que era realizada nos fundos dos lotes das residências. Aquela pequena área não era residual. Nela, eram cultivadas hortaliças, vegetais e frutas, bem como criados pequenos animais, intervenção que promovia fundamentalmente a nutrição da família.

Tais atividades de sobrevivência, revoluções do cotidiano, ressignificam o valor do solo. A aquisição de uma área urbana destinada a uma estação de tratamento de esgoto, a fim de receber todo o esgoto sanitário da pequena cidade ou grande parte dele, assim como todo o custo para instalação da rede coletora poderiam somar mais cifras, mas não ser detentoras da mais-valia. O valor, não o preço, do metro quadrado desses territórios, produzidos pelas habilidades herdadas de um domínio das práticas rurais, é muito maior do que o valor do metro quadrado dos centros urbanos. Cada centímetro do território daquela comunidade estava destinado à produção de um modo de vida, da pulsão do cotidiano.

O conhecimento da experiência, construído sensivelmente junto às vivências, aos espaços de troca e ao compartilhamento, é tão ou mais importante que o conhecimento obtido dentro de uma instituição. Levando-se em consideração esses aspectos, o conceito de “educação menor”, agenciado às práticas pedagógicas presentes nas intervenções urbanas, serve como um dispositivo para pensar sobre os modos de ensino e aprendizado em arquitetura e urbanismo. Assim como a “literatura menor” é revolucionária por operar uma subversão, a “educação menor” opera ações de transformações, mesmo que mínimas. De modo comprometido com as lutas de um urbano como experiência e apropriação, busca-se construir possibilidades de libertação, ressaltando a importância da ação coletiva e abrangendo diversos níveis e ângulos de participação popular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pulsão inicial dada pelos questionamentos “Como se configuram os modos de vida no espaço público da cidade pequena?” e “Como os desejos em arquitetura e urbanismo produzidos na cidade grande vêm sendo capturados pela cidade pequena e vice-versa?” exalta a processualidade enunciada através da questão do “como”. A partir desse movimento resultado de uma pesquisa cartográfica,

as perguntas se ampliaram, originando outros questionamentos: Como sobrevive a coexistência dos desejos das cidades pequenas e das cidades grandes? Como o papel do arquiteto e urbanista pode intervir para que os desejos continuem a produzir territórios diferentes? Como poderia ser combatida a mera reprodução de simulacros ou, ainda, a hegemonia das abordagens?

Os assentamentos humanos têm passado por intensas transformações no último século, especialmente nos últimos anos, diante das dinâmicas geradas por múltiplos circuitos, frutos da globalização e das possibilidades de conexão através dos avanços nas comunicações. Os estudos sobre as cidades pequenas têm alertado para a necessidade de pensar e planejar através de outras lógicas, capazes de ser mais condizente com seus contextos, sobre o perigo da simples repetição de objetos e funções que já estão prontos. Nesse sentido, torna-se importante estabelecer algumas rupturas com as abordagens predominantes e tradicionais das disciplinas de arquitetura e urbanismo. Neste artigo, a ruptura se deu tanto através do apontamento de outras possibilidades metodológicas quanto por meio do destaque à insuficiência de uma teoria que é pouco desenvolvida para as cidades pequenas, porque se concentra nas metrópoles e nas forças do capital. Isso coloca em questionamento os princípios de planos e projetos propostos até então.

A finalidade de fomentar uma crítica teórica sobre o papel dos pesquisadores e dos arquitetos e urbanistas acerca da produção das cidades pequenas não pretende esgotar a temática das cidades pequenas. Aponta-se a necessidade de avançar sobre esse estudo, com base nas campanhas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), criado em 2010, que propõem que “Toda prefeitura deve ter um arquiteto e urbanista”. De todo modo, observa-se que a abrangência dessa prática profissional nas cidades pequenas corresponde a um longo caminho a ser percorrido. Por exemplo, o CAU (RS) recentemente propôs a descentralização de sua atuação, concentrada na capital do estado, construindo sedes em cidades polos regionais, como Escritório Regional Sul inaugurado em 2019 em Pelotas. Essa pesquisa também não pretende ratificar a metodologia cartográfica; não é sua pretensão acoplar as diferenças, reduzindo o estudo ao que há de habitual ou quantitativo. A cartografia aplicada aqui se propõe a experimentar as cidades pequenas a cada encontro, acompanhar as movimentações micropolíticas e evidenciar os processos de batalhas minoritárias. Para tanto, foi fundamental construir uma definição para a compreensão desta pesquisa: a de que as cidades pequenas compõem territórios de um devir menor. Correspondendo à maioria das cidades e sendo minimizadas diante das políticas públicas, as cidades pequenas respondem às forças dominantes através da construção de uma mais-valia, de um urbano diferença.

O conceito de “literatura menor” possibilitou uma abertura para importantes desdobramentos deste estudo. Ainda assim, a pesquisa apresenta limitações que comprometem um entendimento consistente desse conceito. Preferir a composição dos territórios mencionados como um devir menor,

ou um devir-urbano, pode soar como um contrassenso. Isso porque o devir vem sempre de uma força molecular; e o urbano, em especial a disciplina do urbanismo, é essencialmente molar. Diante dessas contradições, um devir-urbano poderia erroneamente dar sentido a um vir a ser urbano, como se o objetivo da pesquisa fosse o pleno crescimento das cidades, desde a concentração de bens e serviços até o seu total esgotamento. Entretanto, o devir-menor acaba despertando o sentido para o menor, que pode decorrer cada vez menor, seja na cidade pequena, no bairro, na rua, no quarteirão, no lote, na casa e até na pequena fresta que surge dos movimentos de ruptura. Ressalta-se que as dinâmicas de aglomeração urbana abrangem cidades de diferentes portes e não se restringem apenas às áreas metropolitanas. Nesse aspecto, um cenário mais equilibrado pode viabilizar a continuidade de reprodução da vida também em condições mais esparsas, além de não acentuar ainda mais a tendência da excessiva concentração demográfica.

Por fim, conclui-se que a relevância fundamental deste estudo extrapolou o meio acadêmico. Ela diz respeito ao que aconteceu durante os movimentos do ato de pesquisar: a apropriação dos sentidos e das significâncias dos territórios experienciados, em meio à surpresa, à dúvida e à indignação reveladas a cada encontro. Também diz respeito ao valor que a pesquisa teve no processo de compartilhamento, de reflexão e de práticas micropolíticas junto aos profissionais arquitetos e urbanistas que atuam ou atuaram nesses territórios. Desse modo, a relação entre as produções de subjetividade e as produções de território, fruto dos desejos, rompeu com o imaginário ideal e idealizador das cidades pequenas, a fim de dar passagem a outros desejos, apreendidos nos modos de resistência e nas submissões, considerando o momento atual e os possíveis desejos de intervenção nesses territórios.

## NOTAS


1. Artigo elaborado a partir da dissertação de L. P. DETONI, intitulada "Cidades pequenas: território de um devir menor na contemporaneidade". Universidade Federal de Pelotas, 2018. *Support*: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Bolsa Mestrado).
2. BISCOITOS ZEZÉ. Vídeo "Leve sua cadeira para a calçada e chame seus vizinhos". Facebook. 14 abr. 2015. Disponível: <https://www.facebook.com/BiscoitosZeze/videos/809686052445541/>. Acesso: 02 maio 2018.
3. Arroio do Padre possui seis pequenos núcleos urbanos, apresenta a condição de enclave ao município de Pelotas e por este motivo compõem a Aglomeração Urbana do Sul. Fato que torna obrigatória a elaboração do Plano Diretor, segundo inciso II do artigo 41 do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001).
4. Observa-se que este projeto de Extensão Universitária da UFPel, acerca do planejamento urbano, ainda está vigente e já atuou em diversas cidades pequenas da Mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul. Ver mais em: <https://planurbfaurbufpel.wixsite.com/inicio>
5. Registra-se que no período desta pesquisa (2016-2018), a administração da Prefeitura Municipal de Morro Redondo negou o acesso a cópia das leis do Plano Diretor, ainda não digitalizadas, alegando que municípios com menos de vinte mil habitantes não teriam esta obrigatoriedade.

## REFERÊNCIAS


- ARROIO DO PADRE. *Lei nº 006/06, de 04 de outubro de 2006*. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Arroio do Padre. Arroio do Padre: Prefeitura Municipal, 2006. Disponível em: <http://arroiodopadre.rs.gov.br/novosite/planodiretor2015/>. Acesso em: 30 nov. 2017.
- BAUMGARTNER, W. H. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, D. M. F.; BAUMGARTNER, W. H. (org.). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. p. 45-58
- BRANDÃO, P. R. B. (org.). *Cidades médias e pequenas: reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas*. Curitiba: Appris, 2019.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 set. 2018.
- BRASIL. [Estatuto da Cidade (2001)]. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm). Acesso em: 12 set. 2018.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de saber fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CHOAY, F. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, n. 30, p. 5-12, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- DELEUZE, G. *O ato de criação: palestra conferida em 1987*. São Paulo: Folha de São Paulo, 1999.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. v. 4.
- DETONI, L. P.; ROCHA, E. Cartografia do desejo nas cidades pequenas: experiências ao sul do Rio Grande do Sul. *Pixo: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, v. 6, n. 21, p. 188-205, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/22924>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- ENDLICH, A. M. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná*. 505 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.
- ENDLICH, A. M. Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades. In: BOVO, M. C. COSTA, F. R. *Estudos Urbanos*. Campo Mourão: Editora Unespar, 2017. p. 33-53.
- FERNANDES, P. H. C. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. *Revista Eletrônica Geoaraguaia*, v. 8, n. 1, p. 13-31, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6981>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- FUÃO, F. F. As formas de acolhimento na arquitetura. In: SOLIS, D. E.; FUÃO, F. F. (org.). *Derrida e arquitetura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 41-114.
- GALLO, S. *Deleuze e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GUALLART, V. *Geologics: geografía, información, arquitectura*. Barcelona: Actar, 2008.
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HILLIER, B.; HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades: REGIC 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- LYNCH, K. *A Imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1960.
- MACIEL, A. P. *Antigos prédios e novos municípios: patrimônio arquitetônico urbano Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu e Arroio do Padre – RS*. 2009. 130 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.
- MARINHO, G.; POZZOBON, R. M. Plano Diretor para Pequenos Municípios. In: ROLNIK, R. (org.). *Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Ministério das cidades, 2004. p. 68-72.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (org.). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, 2014. v. 2.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V. Pista do comum: cartografar é traçar um plano comum. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (org.). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, 2017. v. 2, p. 15-41.
- RÉ, T. M. R.; BOVO, M. C. Pequenas cidades: uma análise dos referenciais e dos parâmetros conceituais utilizados nas teses e dissertações produzidas entre 2000 a 2010. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE CIDADES PEQUENAS, 4., 2016, Ituiutaba. *Anais Eletrônicos [...]*. Ituiutaba: UFU, 2016. Disponível em: <https://www.sinapeq.com.br/anais>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SOARES, B. R.; MELO, N. A. Pequenas cidades: reflexões sobre questões sócio-ambientais. *Caminhos de Geografia*, v. 12, n. 37, p. 124-14, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16086>. Acesso em: 4 set. 2019.
- SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.
- SPOSITO, E. S.; JURADO DA SILVA, P. *Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. *Revista de Geografia*, v. 35, p. 51-62, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/4817>. Acesso em: 4 set. 2019.
- TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. Pista da entrevista: a entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (org.). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, 2014. v. 2, p. 92-127.
- TURUÇU. *Lei nº 720, de 2009*. Estabelece diretrizes urbanas do município de Turuçu. Turuçu: Prefeitura Municipal de Turuçu, 2009. Disponível em: <http://www.turucu.rs.gov.br/225/Legislacao/>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- VELLOSO, R. Apropriação, ou o urbano-experiência. *Vitruvius*, n. 189.05, 2016. Arqtextos. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/16.189/5949>. Acesso em: 15 abr. 2018.

**LUANA PAVAN DETONI**

 0000-0002-9681-0045 | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Faculdade de Arquitetura | Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. R. Sarmiento Leite, 320, 5º Andar, 90050-170, Porto Alegre, RS, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: L. P. DETONI | E-mail: [luanadetoni@gmail.com](mailto:luanadetoni@gmail.com)

**EDUARDO ROCHA**

 0000-0001-5446-9515 | Universidade Federal de Pelotas | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | Pelotas, RS, Brasil.

**COLABORAÇÃO**

L. P. DETONI e E. ROCHA contribuíram integralmente na concepção e desenho da pesquisa, análise e interpretação de dados, revisão e redação final do artigo.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE**

DETONI, L. P.; ROCHA, E. Cidades pequenas: território de um devir menor na contemporaneidade. *Oculum Ensaios*, v. 19, e225021, 2022. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v19e2022a5021>

RECEBIDO EM

4/7/2020

VERSÃO FINAL EM

7/4/2022

APROVADO EM

10/8/2022